



Políticas Públicas e Educacionais para a População Negra no Amapá

Public and educational policies for black people in Amapa

Francisco Maurício de Sena Júnior*

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender como a população negra tem lutado por espaço nas escolas e universidades no Amapá através dos seus e das suas representantes nos parlamentos municipais e estadual. Muitas das propostas políticas foram viabilizadas pelas organizações sociais e políticas que reivindicaram os direitos dessa população. Tanto as mulheres negras como os homens negros tiveram uma participação importante neste processo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Políticas étnicas. Amapá.

Abstract: The purpose of this article is to understand how the black population has struggled for space in schools and universities in the state of Amapa through their representatives in the municipal and state parliament. Many of the political proposals were made possible by social and political organizations that claim the rights of this population. Both black men and black women played an important role in this process.

Keywords: Public Policies. Ethnic policies. Amapa.

* Graduado em Teologia, mestre em Ciência da Religião, mestrando em Teologia pela EST. Doutor em Economia pela Universidad Latinoamericana y Tecnologia (ULACIT), San José, Costa Rica. Professor de teologia na Faculdade Teologia e Ciências Humanas (FATECH), no Amapá.

Introdução

Este artigo reflete sobre o acesso da população negra aos serviços de educação nas escolas e universidades do estado do Amapá. A garantia do acesso às instituições de ensino tem se dado através das lutas das suas organizações sociais e políticas, bem como de seus e suas representantes na câmara de vereadores e vereadoras e na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Nesse processo, as barreiras e as dificuldades criadas pelos organismos estatais, particularmente com relação à inclusão de suas tradições religiosas no âmbito do ensino religioso, fizeram com que ficassem mais unidos e unidas e se fortalecessem para enfrentar o poder público através de entidades civis e religiosas. Para Lira, “O Movimento negro tem sido responsável, ao longo dos anos, pelas conquistas da luta por direito humanos e dignidade em favor das populações negras”.¹

Assim como aconteceu no Brasil de modo geral, o Amapá também vivenciou processos de luta e reivindicações que fizeram com que a população negra fosse para as ruas exigindo a aplicação das leis. As lutas para a conquista e garantia de direitos que são negados para esta parte da população que historicamente foi explorada e oprimida continuam. Trata-se de uma dívida com o passado histórico pelo sofrimento e a constante marginalização social que exclui da economia, da política e dos diversos setores da sociedade. A sociedade brasileira precisa recompensar todos estes prejuízos materiais e morais que lhes foram imputados. As negras e os negros sabem que para conquistar os seus direitos o único caminho é a sua organização para defender os seus direitos de cidadãos e cidadãs.

Ainda hoje há muitos grupos que são contra o avanço da participação da população negra nos mais diversos setores da vida no Brasil. Esse é um processo que precisa ser conquistado passo a passo com a força da união da comunidade negra e dos seus e suas representantes parlamentares e organizações civis na luta pelos direitos.

As ações de educação afirmativa foram fruto das reivindicações do movimento negro. Segundo Lira, “são ações afirmativas ou discriminação positiva ou política compensatória, ou ainda ações educativas de inclusão a favor de negros e negras”.² Em seu estudo sobre ações educativas no campo da educação promovidas pelo Centro Ecumênico de Cultura Negra (Cecune) e no Centro Universitário Metodista IPA, a autora identifica as seguintes questões:

¹ LIRA, Lilian Conceição da Silva; PAULY, Evaldo Luis. *O Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE) e suas ações educativas*. São Leopoldo, 2006. 105 p. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=26>. Acesso em: 27 maio 2018, p. 53.

² LIRA, 2006, p. 44.



- 1) A diversidade étnico-racial: com a promoção do ingresso de estudantes negros e negras no Centro Universitário Metodista IPA, o Cecume.
- 2) A capacitação de estudantes: os estudantes aprovados no vestibular, hoje Enem, para o ingresso na universidade, contemplados com bolsa integral.
- 3) O grupo de estudo: criado a partir da relação de parceria Cecume/IPA, dentro do Grupo de Estudos sobre a Diversidade e Relações Étnico-raciais.
- 4) Curso de capacitação para docentes: a partir da parceria Cecume/IPA, foi acolhida a solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre.
- 5) A Viabilidade das ações afirmativas do IPA: a partir da parceria com o Cecume, o IPA tem se tornado referência para assuntos de ações afirmativas.³

Como se observa pelas propostas, “as ações avançaram chegando a propiciar um espaço de ocupação das populações negras no acesso as universidades.”⁴ Lira afirma que as ações educativas são procedimentos que promovem a educação. Ainda que a população negra tenha sido privada do acesso às escolas e universidades, a realidade da vida sofrida fez com que desenvolvessem estratégias e táticas para garantir seus direitos dentro da sociedade brasileira e amapaense.

As políticas públicas e educacionais para a população negra no Amapá

No Amapá, as políticas públicas para o acesso da população negra às escolas têm enfrentado dificuldades, por exemplo, para a aceitação da inclusão no ensino religioso das religiões de matriz africana. Custódio e Foster afirmam que “[...] se observa uma imposição do desvalor dos cultos afro-brasileiros, particularmente do candomblé, ao mesmo tempo uma pretensão de legitimidade do cristianismo”.⁵ Nessa situação aparecem concretamente o preconceito e o racismo como prática dominante dos sistemas de ensino no Brasil. O racismo é uma discriminação contra determinada raça ou etnia.⁶ Ainda, segundo Rocha e Souza, “será, portanto, uma consequência de uma mentalidade que adoeceu fortemente e de uma escolha impensada e racionalizada de um

³ LIRA, 2006, p. 59-61.

⁴ LIRA, Lilian Conceição da Silva. *Elementos teopedagógicos afrocentrados para superação da violência de gênero contra as mulheres negras: diálogo com a comunidade-terreiro Ilê Àse Yemojá Omi Olodô e 'o acolhimento que alimenta a ancestralidade'*. São Leopoldo, 2014. 244 p. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=551>. Acesso em: 27 maio 2018, p. 56.

⁵ CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. L. S. Ensino Religioso e religiões de matrizes africanas. *Revista Identidade*, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p.95-109, jan-jun 2014.

⁶ BORBA, Francisco S. *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. Curitiba: Editora Pía Ltda., 2011, p. 164.

culpado”.⁷ Custódio explica que a eliminação do racismo é uma responsabilidade também da escola e deve estar incluída em seus objetivos.⁸

Todas as pessoas são iguais perante a Constituição da República, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição afirma também, entre os seus pressupostos, que constituem princípios fundamentais da República Federativa do Brasil “promover o bem comum, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação”. Sendo assim, os crimes considerados e originados de ações e manifestações de preconceitos raciais devem ser punidos pelas leis n. 7.716/89 e n. 9.459/97. Ainda assim, o racismo aparece como elemento que atua nas instituições de maneira a prevenir a garantia dos direitos da população negra e o estabelecimento de políticas públicas que favoreçam essa garantia.

Para enfrentar essa situação, o estado do Amapá, através da Secretaria de Educação, tem realizado encontros para avaliar a eficácia da utilização das ações afirmativas. Segundo Elivaldo Custódio, “são encontros para discutir e buscar caminhos para implementação de políticas públicas para as relações étnico raciais em especial para a educação escolar quilombolas.”⁹

Em pesquisa realizada na Escola Estadual Azevedo Costa, em Macapá, perguntou-se se o governo faz políticas para valorizar o negro. Como se percebe no Quadro 1, 50% das pessoas que responderam ao questionário afirmaram que o governo não faz nada para valorizar a população negra no Amapá.

Quadro 1 – O governo faz política para valorizar o negro?

Número e ordem	Tipo de resposta	Quantidade de resposta	Porcentagem
01	Sim	66	50%
02	Não	66	50%
Totais		132	100%

Fonte: SENA JÚNIOR, 2016, p. 71.

Essa percepção está relacionada a uma escola específica e, dessa forma, não pode ser generalizada para todo o estado. Ainda assim, serve de parâmetro para se observar a participação do governo nas políticas de valorização da população negra. Segundo as respostas, as/os

⁷ SOUZA, Cleinton R. P. Medo, racismo e religião na vida mental da metrópole. *Religião, Racismo e Etnicidade*, São Leopoldo: Oikos Editora, 2010, v. 1, p. 31-48. p. 32.

⁸ CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. *Identidade*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 65-79, jun. 2016. p. 74.

⁹ CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. *Comunidade quilombola do Mel da Pedreira no Amapá: protestantismo como eixo de identidade religiosa*. São Leopoldo, RS, 2017. 324 p. Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://dSPACE.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/786/1/custodio_es_td164.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018. p. 217.



estudantes negras/os sentem uma melhoria nas oportunidades de acesso às escolas e universidades públicas do Amapá.

Essa percepção está relacionada às políticas de cotas para o ingresso de negros e negras nas universidades públicas e ao Fundo de Investimento do Ensino Superior (Fies), que abriu espaço para estudantes pobres e negros e negras no Brasil. O aumento dos institutos federais superiores também é um fator que contribuiu para que mais pessoas ingressassem no ensino superior.

A União dos Negros do Amapá e o Instituto das Mulheres Negras do Amapá têm lutado para acabar com a discriminação e o racismo nas escolas, com a entrega de cartilhas e pôsteres que explicam a legislação e os direitos da população negra, bem como têm promovido palestras nas escolas para promover a conscientização. Segundo Videira, a “fundação da União dos Negros do Amapá se deu pela ideia de um militante, Paulo José da Silva Ramos, onde ele foi o primeiro presidente com o trabalho de valorização do negro e a busca de defender os direitos culturais religiosos”.¹⁰ A partir dessa articulação foi possível eleger um prefeito negro e, ao longo dos últimos anos, também têm sido eleitos e eleitas representantes negros e negras no âmbito do poder legislativo.

“Também, as mulheres criaram o Instituto de Mulheres negras no ano de 2010 com o objetivo de lutar pelas mulheres negras no Amapá”.¹¹ Isso foi possível a partir da criação de comitês nos 16 municípios do Amapá. Uma deputada negra foi eleita para a Assembleia Legislativa do Estado, fruto de uma articulação política nos comitês estaduais.

A pesquisa mencionada revela o impacto dessas questões no campo das políticas públicas. Segundo os dados coletados, um percentual significativo de estudantes afirma que as políticas públicas para a população negra aumentam a sua inclusão no espaço escolar.

Quadro 2 – A política que ajuda os negros na educação

Número de ordem	Tipo de resposta	Quantidade de respostas	Porcentagem
01	Sim	92	69,70%
02	Não	40	30,30%
Totais		132	100%

Fonte: SENA JÚNIOR, 2016, p. 71.

¹⁰ VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente*: Significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 217.

¹¹ SENA JÚNIOR, Francisco Mauricio de. *Instituições que articulam as Políticas dos negros em Macapá: Espaço Religioso e Educação afirmativa*. Dissertação (mestrado). Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2016. p. 27.



As ações afirmativas para a população negra no Amapá

Os questionários aplicados por Sena Júnior na Escola Estadual Azevedo Costa evidenciam que, para quase 70% dos e das estudantes do Amapá, as políticas públicas favorecem a inclusão na área da educação e no fortalecimento da sua cultura. A maioria dos e das estudantes que estuda nessa escola é negra.¹² Também foram criadas várias leis estaduais para fortalecer as manifestações culturais e religiosas da população negra no estado, conforme Sena Junior.¹³ “Uma destas leis foi botão do pânico para as mulheres em que uma mulher que seja molestada sexualmente existe uma rede de apoio jurídico e emocional”.¹⁴

Um levantamento feito sobre a participação de jovens negros e negras nas escolas públicas do Brasil revela que o Amapá apareceu como o estado que possui o maior índice de inclusão do negro e da negra na região Norte do Brasil.¹⁵ É possível que o índice apontado esteja relacionado com o fato de que 73,94% da população do Amapá é negra,¹⁶ índice corroborado por Paiva.¹⁷ O Instituto das Mulheres Negras do Amapá (Imena), que possui escritório em todos os municípios, desenvolve um trabalho de conscientização sobre a discriminação e o racismo contra a mulher negra. Essas ações têm diminuído as práticas discriminatórias no Amapá.¹⁸

A união dos negros do Amapá como articulador político das ações afirmativas

No processo de enfrentamento político da defesa dos direitos da população negra do Amapá, a União dos Negros do Amapá (UNA) funciona como aquela que discute as propostas e os projetos das reivindicações dessa população e encaminha-os para representantes negros e negras no parlamento, ou reivindica com proposições ao Executivo, quando há sensibilidade com as causas do grupo. Além disso, a UNA é vista como um espaço para conquistar votos e, por isso, muitos políticos procuram atender às demandas dessa instituição.¹⁹ Piedade Lino Videira descreve como a UNA articula as políticas:

A construção do Centro de Cultura Negra do Amapá, como referencial da cultura de base africana no Amapá, certamente configura-se em um espaço real de luta pela afirmação da negritude contra o racismo e a discriminação étnica, mas também

¹² SENA JÚNIOR, 2016, p. 72.

¹³ SENA JÚNIOR, 2016, p. 75.

¹⁴ SENA JÚNIOR, 2016, p. 75.

¹⁵ ALVES, João Paulo da Conceição. *Aspetos sobre as desigualdades socioeconômicas no Brasil e no Amapá*. Macapá: Estação Científica (UNIFAP), v. 1, n. 1, p. 57-73. 2011.

¹⁶ INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ – IMENA. *Cartilha Fala Nega*. Macapá: IMENA, 2015, p. 77.

¹⁷ PAIVA, Mauricio. *Rufar dos tambores*. Amapá: Caixa Preta estúdio, 2014, p. 13.

¹⁸ PAIVA, 2014.

¹⁹ PAIVA, 2014.

como lugar de articulação política e de viabilidade social dos movimentos negros locais, assim como das comunidades rurais.²⁰

Essas instituições de defesa da população negra no Amapá, como a União dos Negros do Amapá e o Instituto de Mulheres Negras do Amapá, catalisam as demandas por meio de reuniões com as comunidades, em seus diferentes aspectos, e as encaminham para serem realizadas através dos canais políticos da sociedade amapaense ou brasileira. Sena Júnior explica que, mesmo com as garantias previstas em lei, essa população negra, pelos mais diversos motivos, não tem como ter acesso aos benefícios sociais que os dispositivos legais garantem a todos os cidadãos brasileiros.²¹ As instituições são uma forma de pressionar para que as leis sejam aplicadas.

Considerações finais

Neste trabalho, foram apresentadas algumas ações afirmativas no campo da educação afirmativa desenvolvidas pelo movimento negro do Amapá. Foram lutas que historicamente se acrescentaram a um rol de leis e afirmaram a etnia como integrante da cidadania brasileira. Além disso, a Constituição da República garante alguns direitos fundamentais da pessoa humana como patrimônio da vida.

As mulheres negras, que sofriam um processo duplo de discriminação e exclusão na sociedade, levantaram suas bandeiras de luta e, hoje, já têm garantido parte dos seus direitos, em pé de igualdade com os homens. A luta pela igualdade de gênero continua forte e precisa da mobilização das mulheres para a ocupação definitiva de seus espaços de direito. A UNA e o Imena continuam na luta para difundir que a igualdade racial é uma forma de valorizar o negro e a negra como sendo um ser humano em igualdade de direitos.

O processo histórico é um movimento inacabado em que muitos dos direitos da população negra que são negados na prática precisam de uma estrutura de apoio para que sejam cumpridos. É necessário apoio jurídico que faça valer a lei, e um conjunto de organizações da sociedade civil organizada para reivindicar e ir para ruas pressionar as instituições estatais.

Referências

ALVES, João Paulo da Conceição. Aspectos sobre as desigualdades socioeconômicas no Brasil e no Amapá. *Macapá: Estação Científica* (UNIFAP), v. 1, n. 1, p. 57-73. 2011.

BORBA, Francisco S. *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. Curitiba: Editora Pía Ltda., 2011.

²⁰ VIDEIRA, Piedade Lino. *Batuques, folias e ladainhas*. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 13.

²¹ SENA JÚNIOR, 2016, p. 70.

CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. L. S. Ensino Religioso e religiões de matrizes africanas. *Identidade*, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p.95-109, jan-jun 2014.

CUSTÓDIO, E. S. A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. *Identidade*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 65-79, jun. 2016.

_____. *Comunidade quilombola do Mel da Pedreira no Amapá: protestantismo como eixo de identidade religiosa*. São Leopoldo, RS, 2017. 324 p. Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/786/1/custodio_es_td164.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ – IMENA. *Cartilha Fala Nega*. Macapá: IMENA, 2015.

LIRA, Lilian Conceição da Silva. *Elementos teopedagógicos afrocentrados para superação da violência de gênero contra as mulheres negras: diálogo com a comunidade-terreiro Ilê Àse Yemojá Omi Olodò e 'o acolhimento que alimenta a ancestralidade'*. São Leopoldo, 2014. 244 p. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=551>. Acesso em: 27 maio 2018.

_____; PAULY, Evaldo Luis. *O Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE) e suas ações educativas*. São Leopoldo, 2006. 105 p. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=26>. Acesso em: 27 maio 2018.

PAIVA, Mauricio. *Rufar dos tambores*. Amapá: Caixa Preta estúdio, 2014.

SENA JÚNIOR, Francisco Mauricio de. *Instituições que articulam as políticas dos negros em Macapá: Espaço religioso e educação afirmativa*. Dissertação (mestrado). Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2016.

SOUZA, Cleinton R. P. Medo, racismo e religião na vida mental da metrópole. *Religião, Racismo e Etnicidade*, São Leopoldo: Oikos Editora, 2010, v. 1, p. 31-48.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Batuques, folias e ladainhas*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

_____. *Marabaixo, dança afrodescendente: Significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

[Recebido em: julho de 2018/
Aceito em: julho de 2018]